

# Comunicação e linguagem: diálogos, trânsitos e interditos

■ ADILSON CITELLI \*

*“A linguagem é tão velha como a consciência: a linguagem é a consciência prática, a consciência real, que existe também para os outros homens e que, portanto, começa a existir também para mim; e a linguagem nasce, como a consciência, da necessidade de promover intercâmbios com os demais homens” (KARL MARX).*

## RESUMO

Este trabalho indica alguns referenciais teóricos que podem colaborar na discussão acerca dos vínculos entre comunicação e linguagem. Para tanto, remete a autores que fixaram categorias, sobretudo no âmbito verbal – das quais são exemplos multicentralidade, diálogo, interação, jogo, contrato, ação –, com potencial para permitir análises mais proficientes dos textos comunicacionais mediados tecnologicamente.

**Palavras-chave:** comunicação, linguagem, mediações, procedimentos analíticos

## ABSTRACT

This work indicates a few theoretical references that will collaborate in the discussion regarding the connections between communication and language. Moreover, the text refers to authors who, mainly in the verbal dimension – set categories which includes dialog, interaction, game, contract, action –, with potential to allow more efficient text analysis of communication mediated technologically.

**Key words:** communication, language, mediations, analytical procedures

\* Professor titular da  
Escola de Comunicações  
e Artes da USP.

# D

A COMUNICAÇÃO, AFORA OS aspectos empresariais ou técnico-industriais, é, fundamentalmente, linguagem sob diferentes configurações de códigos e signos. Por imperativos históricos, as reflexões sobre a linguagem aplicadas ao campo da comunicação mantêm vínculos com tradições oriundas seja dos estudos clássicos que remontam à retórica seja com vertentes abrigadas, amplamente, sob o título de semiótica. E aqui não se está situando origens conflitantes ou excludentes, mas firmando orientações gerais que podendo dialogar entre si, modulam tendências próprias no amplo tratamento dos signos. A exemplo de Charles Sanders Peirce e Mikhail Bakhtin que, conquanto entendam a linguagem como um amplo sistema semiótico, tratam o problema sob siglas diferentes, seguindo procedimentos metodológicos, inflexões filosóficas e compreensões fenomênicas que andam por caminhos próprios.

É provável que o cenário da nova comunicação, pensada a complexidade de uma construção técnica cada vez mais interconectada, convergente, aberta a experiências participativas, tenha de encontrar outras maneiras de trabalhar os desafios da linguagem, instituindo procedimentos ancorados em formulações teóricas capazes de melhor explicar os andamentos, desdobramentos, aparatos formais, estratégias de composição dos sentidos substanciados no roteiro dos signos. E isto segundo perspectiva que reconheça não apenas como o novo incorpora o velho, mas o que de velho resiste no novo, ou seja, acionando-se a dimensão arqueológica do conhecimento, circunstância capaz de atualizar o tempo remoto das técnicas do ver e do ouvir, como formulado por Siegfried Zielinski (2006).

Em função deste roteiro – parte dele passível de tratamento sob outras circunstâncias – recuperamos algumas contribuições vindas da teoria da linguagem, sobretudo as de fundo verbal. Aqui, não se trata, portanto, de seguir percurso diacrônico ou abrangente envolvendo matrizes dos estudos de linguagem, que podem ser desdobradas em vertentes lógicas, empiristas, pragmáticas, fenomenológicas, sócio-interacionistas, etc., mas apenas aproximar e problematizar linhas de força que contribuam para ampliar as reflexões acerca dos vínculos entre aqueles estudos e a comunicação.

### REGRAS DO JOGO

“O que não pode ser dito deve ser calado” (Wittgenstein).

“O que não pode ser dito não pode ser dito, nem sequer assobiado” (Ramsey).

Ludwig Wittgenstein (1889-1951) é nome fundamental para o arrefecimento do peso escolástico-metafísico que presidia os estudos de linguagem. Os escritos iniciais do filósofo austríaco foram produzidos no interior de uma atmosfera intelectual em que circulavam idéias como as do pensador alemão Gottlob

Frege (1848-1925), e sua teoria dos sentidos, e de Bertrand Russel (1872-1970), que expunha a convicção empirista segundo a qual era possível conhecer acionando a experiência. Wittgenstein não apenas receberia influências do pensamento de Russel como sobre ele iria exercer influências, a se ver as elaborações do inglês em torno do atomismo lógico.

Em Frege (1978) se identifica o pressuposto de que o sentido da frase deriva do pensamento expresso na constituição do valor de verdade, sendo a referência o que permanece sem alteração após a mudança, por exemplo, dos nomes<sup>1</sup>. Em: “Pelé é o rei do futebol” ou “Edson Arantes do Nascimento é o rei do futebol”, o fato de ter ocorrido modificação no substantivo próprio não altera a referência, tampouco o sentido da frase.

Bertrand Russel (1980) trabalha em outra direção, esvaziando o conceito de sentido e destacando o significado. Agora, considera-se que os nomes representam algo por indicarem objetos com os quais temos familiaridade. Daí a assertiva do pensador inglês segundo a qual o significado do nome é aquilo a que o nome se refere<sup>2</sup>. Isto é, o significado de um nome ou de uma sentença deriva do movimento entre particulares e universais, num arranjo que compatibiliza o conhecimento por familiaridade (a rigor afeito às intuições, à experiência, ao sensorio; trata-se de um conhecimento, digamos, verdadeiro, incapaz de nos enganar ou provocar ilusões) e por descrição (as entidades, situações, objetos, construções lógicas, às quais temos acesso através da familiaridade, mas que, no processo «descritivo» trazem consigo valores, juízos, de onde podem decorrer equívocos, simulacros, portanto, noções como certo e errado). A familiaridade do nome Pelé permite descrições que significam coisas como: o melhor atleta do mundo, o interessado em vender a sua imagem às grandes empresas, a celebridade, o benemérito, etc. Paradoxalmente, e no limite, o pensamento de Russel abstrai o mundo real entregando-o à ordem da consciência, tornando o problema do significado passível de montagem fora das relações sociais marcadas pela intersubjetividade e pelos processos interacionistas da linguagem.

Neste ambiente, Wittgenstein escreve o seu *Tractatus Logico Philosophico* (1961) do qual a proposição 3.203 é paradigmática. Lá está escrito que o nome significa o objeto, sendo o objeto a significação do nome. O fundo positivista e de arranjo paralelístico (há relação entre estado das proposições e estado das coisas) é posto sob suspeição com os aforismos das *Investigações filosóficas* (1987). De certo modo, Wittgenstein teve de cruzar o seu próprio rubicão reorientando análises e dirigindo-as para um conceito ampliado de significação que já não estivesse mais preso aos princípios da verificabilidade. A isto que se atribui o epíteto de giro lingüístico, preferimos entender como um caminho percorrido da perspectiva ideal do estudo da linguagem para uma dimensão ordinária.

1. Frege, Gottlob. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo, Cultrix/Edusp, 1978. No livro encontra-se o artigo central “Sobre o sentido e a referência”.

2. Russel, Bertrand. *The problems of philosophy*. Oxford, Oxford, 1980. Sobre a teoria das descrições, ver: *Os pensadores*. Vol. LII, São Paulo, Abril, 1975. Especialmente o artigo “Sobre denotação”.

# D

A constituição dos processos significativos advirá da relação estabelecida entre os nomes/frase/sentenças e o andamento das atividades. A percepção do «nome no curso de uma atividade determinada» faculta depreender três conceitos fundamentais presentes nas *Investigações filosóficas* e que representam avanço significativo quanto às posições empírico-positivistas balizadoras do *Tractatus*: jogo da linguagem, uso e contexto.

O conceito central de jogo da linguagem alcança expressivo âmbito de utilização, podendo ir dos movimentos entre o cá da linguagem e o lá do mundo, passando por funções diversas que incluem elementos performativos (ordenar, agir, solicitar, saudar etc.) e enunciados ou enunciações mais amplas como a resolução de um enigma, a formulação de um problema matemático, o sistema retórico de um sermão religioso. Dos jogos fazem parte não apenas as palavras, mas toda a seqüência contextual nas quais se incluem os participantes, os objetos, as circunstâncias várias afeitas à situação de uso. Isto é, os jogos se alimentam e são alimentados pelos usos da linguagem em contextos determinados que circundam cultural e historicamente os usuários.

É neste movimento de vínculos múltiplos que os sentidos das expressões, segundo um conjunto de regras de usos e referências contextuais, são apreendidos. Vale dizer, um enunciado não significa em si, mas se faz nas relações (jogos) que a linguagem permite em seus exercícios ordinários, cotidianos. Elaborado o problema desta maneira, compreende-se porque Wittgenstein abandonou a idéia da língua como realidade autônoma e unitária, tão a gosto dos filósofos lógicos, da lingüística e da gramática até os inícios do século XX. Em lugar de apresentar a língua como um sistema único, ideal, o filósofo austríaco propunha a existência de sublinguagens, variabilidades ordinárias resultantes da presença de diversos níveis de jogos, com suas regras lógicas, gramaticais, semânticas etc. Atenemos para a seguinte proposição:

Sou cortador de cana, trabalho muito e ganho pouco.

Os significados resultam do uso (palavras como: cortador, cana, trabalho), de regras, que não se revelam necessariamente (por exemplo: sintáticas, de relações entre termos, frases, parágrafos, períodos), referidas a contextos (há canaviais e pessoas que ali labutam precariamente, o que é conhecido e evidenciado pelos meios de comunicação, entidades sindicais, forças políticas). Os significados que decorrem da proposição (um enunciador esclarece o tipo de atividade e a condição de vida com a qual está envolvido), não são apreendidos nos limites ideais de seqüências que inter-relacionam diretamente palavras e coisas, designadores e objetos, mas em jogos vinculando sublinguagens (a seqüência discursiva que tem determinada ordem interna), usos (as

várias escolhas, vocabulares, semânticas), e contextos (quadros situacionais balizadores do enunciado). Tal movimento (um nível do jogo de linguagem) ativa o processo da comunicação permitindo que as significações se façam nos fluxos entre enunciadore e enunciatários.

Se a linguagem (e a língua) não deve ser vista como categoria universal, pré-formada, simples descritora da realidade, e sendo o jogo um procedimento de trocas, arranjos, rearranjos – a máquina formuladora dos sentidos –, é compreensível que a construção dos consensos resulte em algo provisório. Concebe-se, portanto, o consenso como a outra face do conflito. Tal caráter migrante, de trânsitos precariamente estabilizadores dos sistemas de significação, remete a linguagem (ou as linguagens) para um espaço investigativo em que não cabem vetores nominalistas, metafísicos ou de idealização retórica.

A linguagem vista como jogo de possibilidades para que os sujeitos ativem contratos comunicacionais complexos, conforme Wittgenstein, foi retomada por uma série de autores dentro da linhagem pragmática como as de John Langshaw Austin (1962), John Searle (1969) e mesmo à moda de Jürgen Habermas, ou na análise cultural de Michel de Certeau (com êmulos mais ou menos aderentes como John Fiske (1988), e Roger Silverstone (1994), ambos aqui lembrados pela proximidade que mantêm com os estudos de comunicação).

Michel de Certeau, a partir dos conceitos de linguagem ordinária e movimentos/operações táticas reafirma a perspectiva segundo a qual os usos da linguagem, enquanto mecanismos que não dizem respeito apenas ao plano da produção enunciativa, incorporam, necessariamente, o outro, o leitor/ouvinte. E isto torna possível a constituição dos sentidos.

É participando dos jogos, ou seja, apreendendo a linguagem ordinária, ou as sublinguagens, em seus múltiplos arranjos, conforme praticado pelos «mestres da técnica», que se torna possível construir roteiros da comunicação. Segundo Michel de Certeau, a “voz cosmológica” que organizou a experiência não pode ser mais ouvida, afinal “os deuses quedaram mudos”, motivo pelo qual a busca da verdade passa a ser o resultado de uma construção social, dos diversos percursos afeitos aos fazeres. Eis o motivo de a linguagem ter que se reconstituir permanentemente, não estando em seu percurso a estabilidade, as regras permanentes (afora aquelas instruídas de maneira tênue, por exemplo, pelas “gramáticas restritas” das sublinguagens) ou o consenso universalizado. É fácil encontrar nas reflexões e análises do jesuíta Michel de Certeau e que incluem conceitos como uso, força dos contextos, negociação de sentidos, movimentos táticos de apropriação da linguagem (outro designativo para jogo), o desenho de uma visão dos processos comunicacionais cuja evidente fonte dialógica é o segundo Ludwig Wittgenstein.

**FALAR E FAZER**

John Langshaw Austin (1911-1960) retoma e aprofunda a assertiva wittgenstiana de que a linguagem possui a capacidade de promover ações: pedir, receber, ordenar etc: são os atos de fala. Austin trabalhará o problema da linguagem segundo o entendimento performativo, ou seja, menos como dimensão descritiva (ainda que esta continue a existir) do mundo e mais como instância de ação através da qual participamos nos variados planos da vida social. Neste aspecto, os sentidos resultarão de atos linguageiros presididos pelo encontro de dois grandes mecanismos: os constatativos e os performativos.

Os enunciados constatativos (*constative utterance*) são utilizados com finalidades informativas, que explicitam direções tomadas pelos proferimentos, afirmando, relatando, nomeando: aqui se trabalha com as idéias de verdadeiro e falso. Os enunciados performativos/regulativos (*performative utterance*), dizem respeito a uma ordem, uma determinação, através da qual são promovidas ações decorrentes de verbos como pedir, prometer, proibir, consentir, declarar, etc. Há situações nas quais o performativo está implícito, não registrando sequer a presença de verbos. Por exemplo, no sintagma «até mais» pode existir um elemento implícito de ameaça (duas pessoas brigam, são separadas e uma das partes manifesta disposição para futuro pugilato), ordem (um funcionário precisa deixar momentaneamente o trabalho, o chefe permite, mas requisita que haja pronto retorno) que só o contexto enunciativo facultará reconhecer. As sentenças performativas não colocam em jogo o falso ou o verdadeiro, mas a consecução ou fracasso de uma ordem, pedido, promessa etc. Austin chama a estas duas situações de felizes ou infelizes, vale dizer cumpriu-se ou não a performatividade. Ou, nos termos dos exemplos acima: ameaça e ordem foram compreendidas, executadas, reconhecidas etc.

A partir da secção XI do seu *How to do things with words* (1962) Austin apresenta perspectiva superadora da tensão constatativo/performativo, entendendo ser impossível estabelecer linhas claras entre os dois planos, estando um a contaminar o outro. Do mesmo modo que alguém afirma uma verdade como mentira, ou o contrário, pode, performativamente, prometer sem jamais cumprir.

A percepção de que a performatividade da linguagem não apresentava saída levou Austin a elaborar a teoria da força ilocucionária, ou, propriamente, dos atos de fala – desenvolvido, depois, por John Searle. A teoria ilocucionária consigna que os enunciados se tornam completos (esclarecendo os seus sentidos, levando, por exemplo, a determinada ação) caso integrem três níveis: locucionário, ilocucionário e perlocucionário. O plano locucionário, o dizer algo, o enunciado composto é configurado por três níveis: fonético; fático – níveis

sintático-semânticos – e rético – versa acerca de alguma coisa, situação. O ilocucionário enseja a performance, encaminha o locucionário na direção dos interlocutores permitindo a apreensão de uma dada assertiva. O perlocucionário, diz respeito ao fazer, ao efetivar uma ação expressa pela sentença.

Em síntese, a visão performativa da linguagem alimenta a perspectiva de que os atos de fala buscam produzir, junto aos co-enunciadores, efeitos, resultados. Aqui se revela o núcleo da teoria dos sentidos na perspectiva de Austin: a saber, não cabe à linguagem apenas descrever o mundo, ou refletir sobre a própria linguagem, mas promover comunicação, sendo a força ilocucionária, em seu conjunto de usos, contextos e jogos, o elemento central para garantir tal processo.

Como se verá, as reflexões austinianas serão recuperadas por Jürgen Habermas e expandidas na teoria da ação comunicativa.

## NEGOCIAÇÃO E CONSENSO

“Nos contextos da ação comunicativa só pode ser considerado capaz de responder por seus atos aquele que seja capaz, como membro de uma comunidade de comunicação, de orientar sua ação por pretensões de validade intersubjetivamente reconhecidas” (Jürgen Habermas, 1987).

Jürgen Habermas (1930-) realizou fecunda, ainda que nem sempre bem resolvida, reflexão sobre a linguagem e o papel por ela ocupado nas relações sociais e nos processos comunicacionais.

O pensador alemão, ao elaborar a sua pragmática universal, algo afeito diretamente à teoria dos atos de fala, ou à ação comunicativa, estava diante dos rescaldos de uma tragédia que deixara, entre outros legados de horror, o cogumelo anunciador do juízo final. Este dado histórico importa para se pensar a visão habermasiana sobre os fenômenos da linguagem. Em solo conflagrado e exausto de violência e dor era necessário trocar os métodos do conflito aberto e direto pelos contratos consensualmente negociados. Ou seja, tratava-se de administrar e encontrar planos de convivência em condições de gerar acertos estabilizadores das relações entre os sujeitos, mesmo que cruzados por interesses díspares.

O elemento central animador do projeto de Habermas revela, ao mesmo tempo, uma face tecno-política-ideológica e outra de natureza teórico-metodológica. Atentemos para os dois aspectos.

A linguagem, mais do que instrumento de comunicação, tende a ser vista como saída política para a busca de alternativas consertadas entre partes não necessariamente confluentes em seus interesses pessoais ou coletivos. Partidos,

sindicatos, corporações e grupos de pressão devem exercer as suas forças nos limites dados pelos diálogos racionalmente orientados. Turnos conversacionais, argumentos, comprovações, fazem parte do estoque de possibilidades visando ao exercício da persuasão ou convencimento, conforme o caso, recurso pleno de validade para ao mesmo tempo montar acordos sociais e encaminhar as demandas em disputa. O discurso é, pois, instância administrativa dos conflitos, já que eles não desaparecem do mundo da vida. E isto requisita, da parte dos interlocutores, a construção de roteiros argumentativos sustentáveis e passíveis de resistirem à força do contraditório.

A linguagem é concebida, por esta via, como prática socialmente construída, alimentada pela capacidade de promover consensos a partir de movimentos dialógicos ativadores de relações intersubjetivas. A pragmática universal torna-se, portanto, estruturante das condições que precisam ser satisfeitas para a ocorrência da comunicação.

Habermas elaborará, a partir de uma classificação dos atos de fala, aquelas que seriam as condições universais para o exercício da ação comunicativa. A saber:

1. Atos de fala comunicativos: deixam claro como os sentidos são estruturados a partir de regras semânticas e sintáticas. Manifestações verbais: dizer, falar, perguntar, objetar;
2. Atos de fala constataivos: estão, conceitualmente, vinculados ao que John Austin chamou de *constative utterance* (proferimentos constataivos). Dizem respeito ao esclarecimento do sentido do enunciado enquanto tal, permitindo a montagem dos efeitos de verdade. Manifestações verbais: descrever, relatar, afirmar, explicar;
3. Atos de fala regulativos: revelam as interações enunciativo/enunciário a partir de um conjunto de regras. Possuem o claro papel performativo, de realização enunciativa. Manifestações verbais: ordenar, pedir, avisar, proibir, prometer;
4. Atos de fala representativos: é o modo como o enunciativo se apresenta para os enunciários. Aqui se abre a dimensão cenográfica da linguagem, estando afeita a expressões, atitudes e intencionalidades dos enunciativos. Manifestações: ocultar, simular, desejar, lamentar.

A articulação dos atos é necessária para que seja validada a sentença, o enunciado. É necessária, mas não suficiente, pois a ocorrência do fazer comunicativo pela linguagem solicita o exercício da inteligibilidade. Sem o entendimento do que se afirma, a apreensão do que se diz, resta o silêncio, logo a fratura na cadeia dos sentidos. Nos termos habermasianos, a ação comunicativa, requisita, como instância preliminar de realização, a compreensibilidade enunciativa.

Os atos de fala compõem parte do sistema capaz de gerar validade universal dos enunciados, cuja completude requisita, pelo menos, mais três categorias, que não se fazem isoladamente, podendo conhecer cruzamentos, a despeito de se tornarem dominantes em uma ou outra manifestação discursiva:

1. Pretensão de verdade. O enunciador, nos atos constatativos, precisa compor argumentos capazes de promover o (efeito) de verdade;
2. Pretensão de correção. A norma, ou as regulações, facultam o reconhecimento da validade enunciativa em contextos determinados. Trata-se, em última instância, de assegurar que as solicitações, pedidos, etc., não fujam àquilo consagrado no direito ou no que foi socialmente estabelecido: são os atos regulativos;
3. Pretensão de veracidade. Institui-se, propriamente, a cenografia expressiva, pois diz respeito às ênfases, ao tom de (in)sinceridade, à capacidade de gerar confiança. São atos de tipo representativos. Na *Arte retórica*, Aristóteles chamou a este predicado de “caráter moral do orador” (1999: 33).

É fácil reconhecer nesta linhagem pragmática dos estudos de linguagem à qual se filia Habermas a clara influência exercida seja por Wittgenstein seja por um dos seus seguidores mais diretos, John Austin.

Não cabe, no momento, ponderar acerca das diferenças entre Wittgenstein e Habermas, por exemplo, no que tange ao conceito de consenso, decididamente provisório para o autor das *Investigações filosóficas*, enquanto para o formulador da teoria da ação comunicativa a questão fica submetida ao princípio da racionalidade consensual, sendo, portanto, algo mais duradouro e universalizável. Tampouco é pertinente verificar a amplitude daquilo que Paulo Eduardo Arantes e Otilia Fiori Arantes (1992) chamaram de ponto cego da teoria habermasiana, no interior da qual poderíamos alinhar o problema do enfraquecimento da objetividade das ocorrências e dos múltiplos deslocamentos ideológicos frente aos vetores da consensualidade. Ao eleger a chamada situação ideal de fala, como instância que repele a coerção, visto que aquela situação permitiria a simetria participativa dos diferentes agentes discursivos, Habermas estaria caindo noutra forma de idealização plasmada no princípio de que o melhor argumento teria força assertiva para trocar a coerção pela coação cabível e reveladora do papel legitimador da linguagem na conquista dos auditórios universais<sup>3</sup>.

O ponto fundamental que cabe evidenciar no momento reside na convergência estabelecida pela teoria da ação comunicativa com uma variável conceitual da linguagem pensada enquanto prática social, mediação, sistema simbólico, possibilidade de ação, ancorada em procedimentos dialógicos. São eles que facultam a construção dos sentidos e seus efeitos, respeitados os vários níveis, planos e trânsitos contextuais, cuja realização ocorre segundo

3. Para uma discussão mais ampla do pensamento habermasiano acerca da linguagem, ver: *Théorie de l'agir communicationnel*. Paris, Fayard, 1987; *Morale et communication. Conscience morale est activité communicationnelle*. Paris, Cerf, 1986; *De l'éthique de la discussion*. Paris, Cerf, 1992.

# D

fluxos comunicativos presentes na geração/produção, circulação e recepção de mensagens.

As diferentes fontes da pragmática ensinaram uma lição importante: a linguagem perdeu a inocência de simples nomeadora das coisas ou mero instrumento dos pensamentos. Acrescentaríamos, ou de corporificar sentidos fora do fogo vivo das relações sociais.

### DIÁLOGOS MÚLTIPLOS

“A comunicação verbal entrelaça-se inextricavelmente aos outros tipos de comunicação e cresce com eles sobre o terreno comum da situação de produção. Não se pode, evidentemente, isolar a comunicação verbal dessa comunicação global em perpétua evolução. Graças a esse vínculo concreto com a situação, a comunicação verbal é sempre acompanhada por atos sociais de caráter não-verbal (gestos de trabalho, atos simbólicos de um ritual de cerimônias, etc.), dos quais ela é muitas vezes apenas o complemento, desempenhando um papel meramente auxiliar” (Mikhail Bakhtin, 1989).

Mikhail Bakhtin (1895-1975) radicalizou no entendimento da amplitude sócio-histórica da linguagem, permitindo que fosse desenvolvido um rico vetor para se pensar o signo segundo perspectiva não naturalizada. Ele ensina que o significado é constituído graças às múltiplas interações entre sujeito/história/cultura – para indicarmos alguns termos exemplares que matizam o processo (Bakhtin, 1981, 1984, 1989).

O conceito de interação, ao qual voltaremos em outro passo, deixa de ser apenas sinônimo de vínculo comunicativo entre sujeitos para ganhar peso decisivo no esquema explicativo bakhtiniano: “A interação verbal constitui a realidade fundamental da linguagem” (Bakhtin, 1989: 109). Vale dizer, retirados os agentes, contextos e movimentos internos dos sistemas de signos ou remetida a palavra, o sintagma, o enunciado ao «estado de dicionário», nada mais restará aos sentidos senão a orfandade.

Colocado o problema sob tal inflexão, o nosso autor empreende debate de cunho epistemológico, cuja contra face pode ser localizada nas duas grandes tendências que alimentavam os estudos de linguagem. De um lado, a tradição alemã, com Humboldt, Meyer Lübcke – que alcança algumas correntes da estilística – chamada de subjetivismo idealista e, de outro, teorias elaboradas ou amadurecidas entre o final do século XIX e o início do XX, das quais Ferdinand de Saussure pode ser tomado como referência emblemática, posta sob o designativo de objetivismo abstrato. Em ambos os casos, o problema diz respeito seja a um formalismo modelar, seja ao isolamento descritivo-explicativo de enunciados

que se desgarram dos contextos. Para um pensador que buscava compreensões totalizantes, certamente as tendências acima indicadas não respondiam às necessidades teóricas de se formular uma visão interativa da linguagem.

O nosso propósito não é o de historiar os longos embates travados por Bakhtin e seu círculo de colaboradores na elaboração de um pensamento inovador no atinente aos estudos de linguagem, mas apenas recuperar linhas de força capazes de ajudar na reflexão do problema central que nos ocupa: saber como são formuladas algumas experiências teóricas sugestivas para o âmbito das relações linguagem-comunicação.

Com este espírito é necessário revisitar pontos enunciados por Bakhtin e que contribuem para a efetivação do nosso intento. A pesquisa em torno da interatividade da linguagem deve ser acompanhada ao menos de dois outros conceitos, integrados ambos, e, de certo modo, compondo a base teórica na qual o autor se movimenta: dialogismo e polifonia.

O dialogismo não é visto como uma técnica em que as partes envolvidas nas trocas discursivas apenas mudam de lugares para exercitar os proferimentos. Trata-se, antes de tudo, de elemento instituidor da linguagem. Equivale dizer: os sistemas verbais ou não-verbais permitem que promovamos movimentos de recuperação da linguagem, quer no interior de uma mesma série, quer entre séries distintas. O texto que produzimos, sendo nosso, é também seqüência do vasto diálogo no qual nos inserimos e ajudamos a fomentar, independentemente do maior ou menor grau de consciência que tenhamos acerca dos fenômenos matizadores da linguagem: “Não há enunciados isolados. Um enunciado pressupõe enunciados que o precederam e que o sucederão; ele nunca é o primeiro e nem o último; ele é somente uma ligação no interior de uma cadeia, não podendo ser estudado fora dela” (Bakhtin, 1984: 134). Entram nesta dinâmica interlocutiva as teorias, conceitos, expressões populares, preconceitos, opiniões, estigmas, estereótipos, leituras, audições, etc.

De certa maneira, as nossas falas atualizam um conjunto de experiências de linguagem com as quais convivemos, sejam elas retiradas dos livros, das ruas, das conversas, do concerto, do filme, do espetáculo teatral, da visita à exposição de arte, das informações do telejornal, do rádio, da revista, dos encontros fortuitos, da partida de futebol, da mesa de bar, do salão de dança, etc. Na profusão das vozes, a constituição da voz. Neste sentido, o estatuto da autoria ganha outro parâmetro analítico, pois sendo manifestação do talento, do traço individual (como de modo quase único o considera a estilística), da competência, do acento criativo, é, sobretudo, a manifestação/presença de um instante enunciativo substanciado no interior de uma ordem/cadeia/formação discursiva.

A questão do dialogismo escapa, portanto, da circunscrita definição de técnica comunicacional para se revelar como visão de mundo, uma maneira de conceber as relações humanas, a história, a cultura: “O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra «diálogo» num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda a comunicação verbal, de qualquer tipo” (Bakhtin, 1989: 109). Entende-se porque os temas do discurso interior, da comunicação cotidiana, dos gêneros discursivos, do elemento citativo, das incursões nos estudos de Rabelais, de Dostoiévski estão atravessados pela multimedialidade do diálogo.

Junto com a questão interativa e dialógica afirma-se no pensamento bakhtiniano, o estudo da polifonia. A rigor, são categorias que se articulam, definem e direcionam a filosofia da linguagem produzida pelo autor da *Cultura popular na idade média e no renascimento*. A dimensão polifônica insere-se na lógica segundo a qual a vida da linguagem se revela na pluralidade de vozes que nuançam os enunciados. Ou seja, o sintagma, a frase, os diferentes sistemas de signos produtores de significação, expressam, em cada circunstância enunciativa, o encontro das vozes sociais dispersas por grupos, classes, seitas, partidos, crenças, formações discursivas múltiplas: artísticas, científicas, cotidianas, etc. A longa análise feita por Bakhtin do sistema polifônico na obra de Fiódor Dostoiévski, demonstra, à exaustão, como a aparente univocidade das frases é apenas a camada aparente que esconde as dinâmicas polifônicas: na fala dos eruditos há registros do estilo praticado nas ruas; no homem das ruas, o reconhecimento das vozes eruditas.

Os conceitos centrais formulados por Bakhtin revelam extrema produtividade quando instruem a reflexão acerca dos discursos mediáticos. E ensinam que o caráter descentrado das linguagens postas em circulação social pelos meios de comunicação – pluralidade, níveis e tipos de registros aos quais se ajustam elementos políticos e ideológicos – explicitam um conjunto complexo que não pode ser remetido ao restrito âmbito monológico, das assertivas lineares, ou das idealizações encantadas com a capacidade de os signos constituírem uma certa ordem natural das coisas.

#### **NOTA FINAL: VÍNCULOS COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM**

As indicações de algumas fontes que ajudam a refletir acerca da linguagem, sobretudo na vertente verbal, respeitadas as diferenças, tensões, contradições e superposições existentes entre elas, facultam estabelecer um corpo de referências que se cruzam com os estudos da comunicação, particularmente quando entram em cena os dispositivos ampliadores dos circuitos das mensagens.

Uma análise mais acurada das teorias da linguagem aqui pontuadas (e outras, como as afeitas de modo mais determinado aos condutos semióticos, cujo andamento teórico, metodológico, solicitam, pelas suas implicações, o cuidado de inflexão própria) ajudaria a identificar, respeitadas as diferenças, elementos recorrentes entre elas. Estejamos falando de jogos, de força ilocucionária, de busca de consenso/revelação do dissenso, de diálogos, permanecemos, com suas nuances e possíveis irreduzibilidades, entre elaborações conceituais que enviam os fenômenos da linguagem a problemas do cotidiano, da persuasão, das estratégias de composição dos significados, dos marcadores contextuais, enfim, do vasto cenário por onde circulam os signos verbais. Posto de outro modo, a perspectiva metafísica ou limitadamente descritiva, cede lugar para novas compreensões do que implica configurar as mensagens processadas nos e pelos dispositivos comunicacionais. Simulacro, montagem, representação, construção, servem como exemplos de conceitos que dirigidos aos textos em trânsito no telejornal, na revista, na ficção seriada, no blog etc., contribuem para esclarecer como a discursividade midiática formula/ajusta/promove os diferentes planos dos sentidos.

A partir do roteiro estabelecido nas páginas anteriores, pensamos o problema do discurso verbal nos meios de comunicação sob ângulo antes analítico-conceitual do que técnico-descritivo. Deste modo, é possível estabelecer diálogo tenso com alguns estudos comunicacionais que se dedicam ao problema do discurso e da produção dos sentidos. A saber, as análises processadas pelo Colégio Invisível, de Gregory Bateson, para quem existe a inevitabilidade da comunicação, ou mesmo as assertivas sistêmicas de Niklas Luhmann, que circulam em torno da idéia da impossibilidade comunicativa, e, por último, um vasto e difuso conjunto de autores abrigados sob orientação fenomenológica, em linha com os ensinamentos bergsonianos, que reconhecem estar fadado ao fracasso qualquer tentativa de se dar aos sentidos contornos minimamente estáveis, posto estarem eles em movimento permanente, sem força de estabilização.

Digamos, de maneira rápida e nutrida pelo espírito provocativo: o mundo existe. Do mesmo modo a linguagem, com a sua enorme capacidade de gerar significações, traz consigo a possibilidade de atualizar, inventar, narrar, descrever, compor a experiência. Ela permite aos acontecimentos<sup>4</sup>, aos elementos extralingüísticos, por exemplo, fazer parte de circuitos e relações mediativas que ajudarão a configurar o plano dos sentidos, sem com isto comprometer qualquer idéia de processo, movimento interno, deslocamento, precariedade ou perspectiva orientada para o pressuposto de que significar é estabilizar, logo, comprometer a comunicação.

Daí porque é pertinente reconhecer na linguagem verbal uma “prática social, mediação, sistema simbólico, possibilidade de ação, ancorada em

4. Cabe lembrar que para Gilles Deleuze apenas o conceito de acontecimento comunicacional tem força para tratar das questões do sentido e da significação, sendo o referido conceito transcendente, impessoal e pré-individual, sem vínculos de qualquer natureza com o plano empírico. Fazemos o registro apenas para consignar uma variável de uso do termo acontecimento, não necessariamente ajustado à perspectiva em exposição.

procedimentos interlocutivos, interativos e dialógicos que facultam a construção dos sentidos e seus efeitos, respeitados os diferentes níveis, planos e trâmites contextuais, cuja realização ocorre segundo fluxos comunicativos presentes na geração/produção, circulação e recepção de mensagens” (Citelli, 2006: 32).

Na esteira de Bakhtin, verifica-se que a linguagem não pode abstratamente positivar o mundo, tampouco este se acopla mecanicamente nela. Nem autonomia nem subtração: entre a experiência vivida (em faces múltiplas que incluem observação, percepção, reflexão, etc.) e a expressão dela, existem sujeitos, história(s), culturas, um vasto ambiente que teima em se manter funcionando como cenário, cenografia, referencialidade, das (re)ligações e regulações dos significados. Posto sob outro registro: não há sentidos em abstrato (mesmo que o assunto do discurso seja o tema da abstração), visto que eles irão se fazer nos trânsitos entre partes localizadas cronotopicamente e tensionadas em seus valores, conceitos, idiosincrasias, interesses, etc. Seria possível, aqui, reconstituir a idéia do movimento, não segundo marcadores bergsonianos, mas a partir de uma perspectiva dialeticamente orientada, ou mesmo ativando-se, conquanto sob outro registro filosófico, a idéia chave de Wittgenstein que remete aos jogos de linguagem, aos contextos, ao uso e ao cotidiano a capacidade de orientar enunciações. E isto aclara a passagem das *Investigações filosóficas* que vincula o exercício da língua a uma atividade, ou, a uma forma de vida.

É compreensível o desassossego que enforma alguns dos atuais estudos de comunicação, preocupados, de uma parte, em afastar ou diminuir o impacto dos tópicos referentes à linguagem, e, de outra, em acalantar o terreno difuso em que se misturam desde o moralismo abrigado sob o manto da boa consciência até o discurso ideológico temeroso de revelar os seus avessos.

Prosseguimos em outra direção, insistindo que no centro do processo comunicacional está a linguagem em seus óbvios e evidentes laços sistêmicos com as dinâmicas empresarias, a força das organizações midiáticas, a economia da comunicação, as tecno-políticas etc. É a partir dela, linguagem, em suas formas de produção simbólica, que os contratos comunicacionais são estabelecidos no que interessa aos co-enunciadores: o alcance do discurso midiático posto em circulação social decorre dos arranjos, constituições, modulações, diálogos, pressões, contrapressões, impressões, composições, ditos, não ditos, acordos e desacordos assegurados pelos contextos enunciativos.

A linguagem verbal presente na chamada indústria cultural consigna, ademais, tonalidades e níveis fortemente ancorados nas lógicas do espetáculo, do valor de troca da palavra<sup>5</sup>, do relativismo ético, do encantamento estetizante, tudo isto podendo resultar no monopólio interpretativo. Encontra-se, nesta via, a presença dos configuradores retórico-discursivos aos quais não faltam

5. É possível afirmar que o valor de troca das palavras se diverte à custa do seu valor de uso. Compreenda-se o conceito de uso em duas direções. A primeira, que não está sendo trabalhada nesta passagem, pode ser encontrada no repertório dos lingüistas e diz respeito à circulação da linguagem verbal, tendo em mira as manifestações vivas da língua, em suas variabilidades, singularidades de uso, nem sempre contidas nas estruturas predefinidas e normatizadas pela gramática formal. Na segunda direção, objeto de nosso interesse no momento, o termo uso da linguagem expressa uma dimensão referida ao conceito de valor, conforme trabalhado por Marx. Nesse caso, afirmar que o exercício da língua só parece importar como valor de troca e não de uso mostra o sentido redutor que acompanha as operações com muitas das palavras em circulação nas mídias.

acenos messiânicos e salvacionistas dados pelo mercado, partidos políticos, personalidades redentoras, pela sujeição ao economicismo/pragmatismo dominantes: enfim, amplos e diversificados são os novos mandamentos para que homens e mulheres consigam chegar à terra prometida, sem o desagradável incômodo de transpor as pedras interpostas no meio do caminho. Trata-se, pois, olhando o problema a partir do ângulo contra-discursivo, de lembrar que o serviço político exercitado por aquele monopólio pode levar à renúncia da interpretação.

Considere-se, porém, que a despeito da evidente importância da grande mídia e sua ordem discursiva, as palavras registram nuances, andamentos e, sobretudo, alternativas nem sempre afeitas a procedimentos disciplinares que reduzem a comunicação à informação, o polifônico ao monocórdico. É oportuno atentar para o fato segundo o qual os sentidos desdobrados pelas palavras não se elaboram por conjuntos de regras abstratas, fixas, mas se vinculam a contextos, sublinguagens, práticas sociais, contratos de entendimentos, interlocuções, fatores mediativos interpostos nas relações entre enunciadores e enunciatários, emissores e receptores, conforme ensinam em um ou outro caso os autores que indicamos no percurso acima.

Nas bordas esquecidas das grandes cidades, no meio dos jovens excluídos, a comunicação é (re)processada pela novilíngua dos cantores de *rap* que animarão os bailes da periferia. Nas reações ao Fórum Econômico Mundial – expressão máxima do consenso articulado pelos gerentes da globalização excludente – inscrevem-se tendências problematizadoras e contra-discursivas (a exemplo do Fórum Social Mundial) das reduções analíticas que matizam o monopólio da informação.

É curioso notar, neste aspecto, o paradoxo discursivo em curso nos grandes veículos de comunicação, nos quais desfilam muitos dos críticos de Marx, que identificam no sistema elaborado pelo autor d'*O capital*, a grave inconsistência de valorizar excessivamente os fatores econômicos ou materiais. De sua tumba londrina, Marx deve estar rindo do destino reservado aos seus exegetas mais furiosos, pois se transformaram, eles próprios, em construtores e executores de um modelo social calcado, até a medula, no elemento econômico. Finalmente o conceito de *homo economicus*, teorizado por Adam Smith, em *Na Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* passou a ser tratado sem pejo ou prurido de associar-se a qualquer gestor mal intencionado da exploração do trabalho alheio. E podemos compreender, em leitura mais atenta do célebre livro sobre a natureza e as causas da riqueza das nações, como se elaborou uma consistente exposição de princípios retóricos e exercícios de linguagem acerca da relação entre o discurso econômico e a montagem de uma forma de

organização social ancorada nas dinâmicas do mercado. Discurso que incorporando a ordem maior do circuito das mercadorias pudesse garantir sobre qualquer interesse coletivo a precedência dos anseios privados, individuais (*self-interest*). Em tal contexto, já não se tratava apenas – sempre lembrando Adam Smith – de garantir espaços de fala, leitura ou escrita, mas fazê-lo sob configurações culturais e estilos de vida decisivamente aproximados às determinações do capital. É revelador que tenha partido de um economista-filósofo como Adam Smith o ensinamento, digamos, realista, acerca dos vínculos entre formações discursivas e formações sociais.

Charles Bazerman chegou a identificar nos andamentos discursivos evidenciados por Adam Smith a existência de uma «comunicação econômica», considerando-a como espécie de nova retórica orientadora da «cultura da notícia», da «cidadania econocêntrica». (Bazerman, 2006: 101-109). A importância das seções econômicas dos jornais e telejornais são disto exemplo presente, nada metafísico, tampouco identificado com a idéia fenomênica segundo a qual é impossível estabilizar os sentidos. O papel antes secundário de comentaristas e analistas econômicos mudou substancialmente, pois, agora, muitos deles foram transformados em celebridades midiáticas, com suas colunas influenciando rotas de negócios, movimentos das bolsas, amplificação dos *lobbies*. São vozes, escritos, imagens, discursos portanto, esclarecendo a força crescente dos processos de linguagem, conquanto neles continuem ecoando símiles, estereótipos, constituintes suasórios e de convencimento encarregados de substanciar a voz dos diferentes grupos de pressão.

Ao que tudo indica, a linguagem em exercício nos meios de comunicação não fica longe de planos retórico/discursivos que se cruzam acelerando em direção oposta: enquanto decresce a presença do espírito republicano, cidadão, político, sobreleva-se a sociedade do valor de troca, da exacerbação individualista: estamos frente a um novo patamar regulador das relações sociais e dos jogos de linguagem.

No interior deste quadro, os vínculos linguagem/meios de comunicação precisam ser tratados à luz das mudanças pelas quais passa a *polis*, com a crescente centralidade da *ágora* eletrônica (Ianni, 2000). Reconhecido o problema, mas tomando-o em registro um pouco distinto do consignado pelo autor de *O príncipe eletrônico*, é possível visualizar uma abertura importante para reconfigurar os processos comunicacionais representada pelas chamadas novas *media*. Parece claro que a idéia da abertura voltada a produzir comunicação sob outros registros – entre os quais estão a internet – fica dependente de práticas políticas e formações de consensos cujas dinâmicas conhecerão regulação a partir de ordenamentos sociais e tensões da história. É no interior destes movimentos

marcados por dinâmicas de poder e possibilidades sociotécnicas que acompanhamos os desdobramentos da linguagem nos contextos midiáticos.

De toda sorte, os signos em exercício nos/pelos meios de comunicação, graças à capacidade que possuem de produzir significados e interpelar sujeitos, continuam a velar e desvelar, constituir e restringir, regular e libertar. Como em um baile de máscaras, os signos cobrem, recobrem, mas, também, descobrem. **M**

## REFERÊNCIAS

- ARANTES, Otilia B. Fiori & ARANTES, Paulo Eduardo (1992). *Um ponto cego no projeto moderno de Jürgen Habermas*. São Paulo: Brasiliense.
- ARISTÓTELES (1999). *Arte retórica e arte poética*. São Paulo: Ediouro.
- AUROUX, Sylvain (1998). *A filosofia da linguagem*. Campinas: Edunicamp.
- AUSTIN, John L. (1962). *How to do Things with Words*. Oxford: Oxford University Press.
- BAKHTIN, Mikhail M. & VOLOSHINOV, Valentin N. (1989). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico nas ciências da linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- \_\_\_\_\_. (1981). *Problemas da poética de Dostoiévski*. São Paulo: Forense-Universitária.
- BAKHTINE, Mikhail (1984). *Esthétique de La création verbale*. Paris: Gallimard.
- BATESON, Gregory (1972). *Steps to a Ecology of Mind*. San Francisco, s/e.
- BAUDRILLARD, Jean (1989). *O sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva.
- BAZERMAN, Charles (2006). *Gêneros textuais, tipificação e interação*. 2 ed. São Paulo: Cortez.
- CERTEAU, Michel de (1993). *L'écriture de l'histoire*. Paris: Gallimard.
- \_\_\_\_\_. (1983). *L'ordinaire de la communication*. (com Luci Giard e autores). Paris: Dalloz.
- CHARAUDEAU, Patrick (2006). *O discurso da mídia*. São Paulo, Contexto.
- CITELLI, Adilson (2006). *Palavras, meios de comunicação e educação*. São Paulo, Cortez.
- FISKE, John (1988). *Popular Forces and the Culture of Everyday Life*. Southern Review.
- FREGE, Gottlob. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1978

# D

- GIANNOTTI, José Arthur (1995). *Apresentação do mundo. Considerações sobre o pensamento de Ludwig Wittgenstein*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HABERMAS, Jürgen (1987). *Théorie de l'agir communicationnel*. Paris: Fayard.
- \_\_\_\_\_. (1986). *Morale et communication. Conscience morale est activité communicationnelle*. Paris: Cerf.
- \_\_\_\_\_. (1992). *De l'éthique de la discussion*. Paris: Cerf.
- IANNI, Octávio (2000). *Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- KELLNER, Douglas (2003). *Media Spetacle*. London, Routledge.
- LUHMANN, Niklas (1989). *Ecological Communication*. Chicago: Chicago University Chicago, Press.
- MARX, Karl & ENGELS, Frederic (1970). *La ideologia alemana*. Montevideo/Barcelona: Ediciones Pueblos Unidos/Grijalbo.
- MERLEAU-PONTY, Maurice (1945). *Phénoménologie de la perception*. Paris, Gallimard.
- RUSSEL, Bertrand (1980). *The Problems of Philosophy*. Oxford: Oxford.
- \_\_\_\_\_. (1975). *Os pensadores*. Vol. LII, São Paulo: Abril (especialmente o artigo "Sobre denotação").
- SEARLE, John. *Speech Acts* (1969). Cambridge: Cambridge University Press.
- SFEZ, Lucien (1994). *Crítica da comunicação*. São Paulo: Loyola.
- SILVERSTONE, Roger (1994). *Television, Technology and Everyday Life*. New York: Routledge.
- SMITH, Adam (1976). *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Oxford: Clarendon Press.
- WITTGENSTEIN, Ludwig (1961). *Tractatus Logico Philosophico*. London: Routledge & Kegam Paul. New York: The Humanities Press.
- \_\_\_\_\_. (1987). *Investigações filosóficas*. São Paulo: Abril.
- ZIELINSKI, Siegfried (2006). *Arqueologia da mídia. Uma busca do tempo remoto das técnicas do ver e do ouvir*. São Paulo: Annablume.

---

Artigo recebido em 9 de agosto de 2008.